

Estudo mostra resultados nos países

O trabalho de Kopits e Symansky ajuda a mostrar os resultados obtidos por inúmeros países, em geral, desenvolvidos, que não se limitaram a desenvolver programas de política fiscal, elaborados pelo Executivo, preferindo criar leis para obrigar os governos federal, estaduais e municipais a seguir políticas fiscais restritivas.

O estudo serve como alerta para os brasileiros, pois mostra as dificuldades de implantar políticas de aperto, quanto mais se essas políticas tiverem de ser seguidas por muito tempo. Nações do Primeiro Mundo, como a Alemanha, não aguentaram tantas regras, abrandando, na prática, algumas delas.

As leis podem ser instrumentos capazes de favorecer as restrições. Segundo Kopits e Symansky, "as disposições de política fiscal tendem a ser mais heterogêneas e complexas do que as disposições sobre a

moeda e a taxa de câmbio". O atributo mais importante que as normas devem ter é a transparência - sem a qual podem perder sua utilidade prática. Sua implantação também deve ser transparente. Sem ela, um programa de ajuste fiscal pode ter sua credibilidade prejudicada e impossível aplicá-lo.

Países como os Estados Unidos e a Alemanha inscreveram o equilíbrio fiscal nas leis. Empréstimos só podem ser tomados pela União ou pelos Estados para fins de investimento. Déficits estruturais são limitados a um determinado porcentual do PIB. As regras aplicam-se aos orçamentos públicos e aos fundos de previdência social - que constituem uma das maiores preocupações dos governos dos países ricos. Mas, mesmo entre os países que têm normas estritas de controle fiscal, alguns têm escapado, elevando seu endividamento externo.